

# Análise Financeira e Demonstrações Contábeis

*Exercícios findos em  
31 de dezembro de 2001 e 2000*

(De acordo com os princípios contábeis  
geralmente aceitos no Brasil)



# Análise Financeira

## Apresentação <sup>(1)</sup>

	Consolidado		Controladora	
	31.12.2001	31.12.2000	31.12.2001	31.12.2000
<b>Vendas Brutas</b> (R\$ milhões)	79.906	64.262	68.342	57.196
<b>Vendas Líquidas</b> (R\$ milhões)	57.512	49.782	49.093	44.628
<b>Resultados:</b>				
Atividades Próprias	9.669	9.685	7.763	8.907
Subsidiárias/Coligadas	198	257	2.531	1.252
<b>Lucro</b> (R\$ milhões)	9.867	9.942	10.294	10.159
<b>Patrimônio Líquido</b> (R\$ milhões)	28.967	24.946	29.711	25.259
<b>Ativo Permanente</b> (R\$ milhões) <sup>(2)</sup>	29.538	26.009	27.503	26.743
<b>Relação Capital Próprio / Capital de Terceiros</b> <sup>(3)</sup>	45/55	42/58	48/52	43/57
<b>EBITDA</b> (R\$ milhões) <sup>(4)</sup>	17.250	18.270	14.577	16.527

Notas:

(1) Os valores expressos em Reais (R\$), mencionados nesta análise financeira, foram apurados em conformidade às práticas contábeis emanadas da legislação societária e às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

(2) Inclui "Investimentos em Subsidiárias, coligadas e outros", "Ativo Imobilizado" e "Ativo Diferido".

(3) Inclui endividamento contraído pelas Empresas de Propósito Específico com as quais a Petrobras estruturou projetos na modalidade de "Project Finance".

(4) Resultado antes dos impostos, das participações minoritárias, do resultado financeiro líquido, das participações em investimentos relevantes, e da depreciação, amortização e custo com abandono.

## 1 Receita Operacional do Sistema Petrobras

O faturamento bruto consolidado atingiu o montante de R\$ 79.906 milhões, com um crescimento de 24% em relação ao exercício anterior.

	R\$ Milhões			
	2001	%	2000	%
Petrobras	68.342	85,5	57.196	89,0
Distribuidora - BR	19.955	25,0	15.459	24,0
Braspetro - Consolidado	11.762	14,7	12.311	19,2
Gaspetro - Consolidado	391	0,5	229	0,4
Transpetro - Consolidado	1.226	1,5	571	0,9
Pifco - Consolidado	14.552	18,2	12.096	18,8
Downstream - Consolidado	4.463	5,6		
Vendas Inter-Companhias	(40.785)	(51,0)	(33.600)	(52,3)
	79.906	100,0	64.262	100,0

As vendas de produtos e serviços realizadas pela Petrobras às suas subsidiárias e controladas representaram cerca de 28% do seu faturamento bruto, destacando as operações realizadas com a Distribuidora (BR) que corresponderam a 21% do total (20% no exercício anterior).

### Vendas da Controladora

Em 04 de janeiro de 2001, como parte do processo de desregulamentação da indústria brasileira de petróleo e gás, o Governo Federal anunciou que os preços de faturamento do óleo diesel, da gasolina e do gás liquefeito de petróleo (GLP), seriam determinados trimestralmente, segundo um índice de reajuste (IR), cujo cálculo se baseava em uma fórmula que refletia as variações cambiais real/dólar e o preço do petróleo bruto Brent durante o trimestre anterior. Entretanto, caso o IR fosse positivo, o Governo Federal poderia conceder aumentos menores no preço desses derivados. Por outro lado, caso o IR fosse negativo, o Governo Federal somente poderia conceder reduções menores no preço desses derivados se a PPE média para tais derivados tivesse sido negativa durante o trimestre anterior. De acordo com essa nova metodologia, os preços de faturamento da Companhia atribuídos a gasolina e ao óleo diesel foram reduzidos em, respectivamente, 5,51% e 3,63% a partir de 6 de abril de 2001. Em 6 de julho de 2001, os preços de venda da gasolina, óleo diesel e GLP foram aumentados em 10,42%, 8,27% e 4,34%, respectivamente e, em 05 de outubro de 2001, tais produtos foram novamente aumentados em 4,08%.

## Encargos de Vendas

Os encargos que compõem o faturamento bruto consolidado atingiram a cifra de R\$ 22.394 milhões, sendo superiores em 55% em relação ao exercício anterior.

Os principais itens componentes desses encargos são:

Encargos	R\$ Milhões
ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços	11.944
PPE – Parcela de Preços Específica	2.246
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1.370
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	6.317

A arrecadação da PPE foi gerada pela venda dos derivados controlados (querosene de aviação até 31.08.2001, óleos combustíveis até 31.10.2001 e gasolina, diesel e GLP até 31.12.2001), e representa a diferença entre o valor de faturamento desses produtos nas refinarias (líquidos de ICMS e outros encargos sobre as vendas), e seus respectivos preços de realização, que são parametrizados às cotações dos derivados de petróleo no mercado internacional e à taxa de câmbio.

A arrecadação líquida da PPE foi superavitária, em R\$ 2.246 milhões no exercício de 2001, em consequência da nova política de preços de faturamento, determinada pelo Governo Federal, dos efeitos provocados pelas reduções nos preços de petróleos e dos derivados no mercado internacional, compensado, em parte, pelo aumento da taxa de câmbio.

## Vendas Líquidas

Deduzindo-se os impostos e outros encargos incidentes sobre o faturamento, resultou numa venda líquida consolidada de R\$ 57.512 milhões em 2001 (R\$ 49.782 milhões em 2000), conforme abaixo demonstrado:

	R\$ Milhões			
	2001	%	2000	%
Petrobras	49.093	85,4	44.628	89,6
Distribuidora - BR	16.120	28,0	12.233	24,6
Braspetro - Consolidado	11.237	19,5	11.727	23,6
Gaspetro - Consolidado	343	0,6	202	0,4
Transpetro - Consolidado	1.148	2,0	550	1,1
Pifco - Consolidado	14.552	25,3	12.096	24,3
Downstream - Consolidado	3.007	5,2		
Vendas Inter-Companhias	(37.988)	(66,0)	(31.654)	(63,6)
	57.512	100,0	49.782	100,0

A receita operacional líquida de derivados, no mercado interno, está parametrizada com o mercado internacional e, portanto, contempla a variação da taxa do dólar e a flutuação do preço internacional dos derivados.

Abaixo estão demonstrados os principais itens da receita operacional líquida na Petrobras (Controladora):

Receita Operacional Líquida	2001		2000	
	Mº Mil	R\$ Milhões	Mº Mil	R\$ Milhões
<b>Mercado Interno</b>				
Óleo Diesel	34.068	16.489	35.204	15.038
Gasolina	14.874	7.993	16.925	8.214
Óleos Combustíveis	8.651	2.486	10.116	2.502
Nafta	11.722	4.170	13.980	5.002
GLP	12.370	4.940	12.870	4.435
Outros	10.488	4.711	10.551	3.961
Total derivados	92.173	40.789	99.646	39.152
Gás Natural	7.750	1.596	6.031	967
Álcool Hidratado	119	63	649	298
Outros produtos	3.565	910	1.749	316
Subtotal	103.607	43.358	108.075	40.733
<b>Mercado Externo</b>	17.447	5.514	11.711	3.810
<b>Serviços</b>		221		85
	121.054	49.093	119.786	44.628

Em relação ao comportamento no mercado interno, em 2001, houve um crescimento de 6% na receita operacional líquida da Petrobras (Controladora) em relação ao exercício anterior:

O volume de vendas da Petrobras (Controladora) no mercado interno, em 2001 apresentou um decréscimo de 4,13% em relação a 2000:

As exportações da Petrobras em 2001 alcançaram R\$ 5.514 milhões, superior em 44,72% àquelas realizadas em 2000 (R\$ 3.810 milhões). O resultado obtido reflete, basicamente, o aumento das exportações de gasolina, em função da redução de suas vendas no mercado Interno e aumento das exportações de petróleo sem enxofre, proveniente do aumento de produção do campo de Marlim.

## **2 Despesas e Receitas Financeiras**

As despesas e receitas financeiras líquidas totalizaram R\$ 1.343 milhões no Consolidado e R\$ 512 milhões na Controladora (R\$ 1.117 milhões e R\$ 1.030 milhões em 2000, respectivamente). A despesa financeira consolidada aumentou em função da desvalorização do real frente ao dólar norte-americano (18,67% em 2001 e 9,3% em 2000), apesar do aumento do nível de caixa e redução do endividamento "on balance". A melhoria, em relação a 2000, apresentada na Controladora é reflexo da captação de recursos ter sido realizada através da Subsidiária PIFCo..

A Petrobras e suas Subsidiárias têm intenso relacionamento comercial e financeiro com o mercado internacional, com operações em moeda estrangeira que sofreram impactos da desvalorização do real, integralmente reconhecidos no resultado do exercício.

## **3 Custos Exploratórios para Extração de Petróleo e Gás/ Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico**

Os gastos com geofísica e geologia, com poços identificados como secos e os vinculados às reservas não comerciais, em 2001, atingiram R\$ 1.076 milhões no Consolidado (R\$ 1.088 milhões em 2000) e R\$ 877 milhões na Controladora (R\$ 1.004 milhões em 2000) e estão registrados no resultado do exercício.

Os custos com pesquisa e desenvolvimento tecnológico, absorvidos no resultado do exercício, no Consolidado alcançaram o montante de R\$ 310 milhões (R\$ 263 milhões em 2000), e na Controladora R\$ 309 milhões (R\$ 262 milhões em 2000).

## **4 Provisão por Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa**

Durante a fase de construção/conversão de navios em "FPSO – Floating Production, Storage and Offloading" e "FSO – Floating, Storage and Offloading", a Brasoil, tendo em vista a inadimplência contratual dos construtores, aportou, por conta dos mesmos, recursos financeiros no montante de R\$ 1.234 milhões diretamente aos seus fornecedores e subcontratistas, com o intuito de evitar maiores atrasos nas construções/conversões e, conseqüentemente, prejuízos à Brasoil.

Baseado em pareceres de assessores jurídicos, esses gastos são passíveis de ressarcimento, pois representam um direito da Brasoil junto a tais construtores, motivo pelo qual foram impetradas ações judiciais de ressarcimento financeiro em cortes internacionais. Entretanto, em decorrência da característica litigiosa desses ativos, e as incertezas sobre as probabilidades de todo o recebimento dos valores desembolsados, conservadoramente, foi constituída uma provisão para créditos de liquidação duvidosa de todos os créditos que dispõem de garantias reais, no montante de R\$ 1.009 milhões classificada em outras despesas operacionais líquidas na Demonstração Consolidada de Resultado.

## **5 Vendas de Plataformas**

No exercício de 2001, a Companhia apurou resultado positivo de R\$ 831 milhões na venda de plataformas de propriedade de suas subsidiárias, classificado na Demonstração Consolidada de Resultado em outras receitas (despesas) não operacionais.

## **6 Participação dos Empregados no Lucro do Exercício**

No exercício de 2001, a Petrobras, em conformidade ao disposto no Acordo Coletivo de 2001/2002, provisionou participação dos empregados nos lucros ou resultados (PLR) no valor de R\$ 416 milhões no Consolidado e R\$ 380 milhões na Controladora.

## 7 Imposto de Renda/Contribuição Social sobre o Lucro

No exercício de 2001, o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro atingiram o montante de R\$ 3.875 milhões no Consolidado e R\$ 3.404 milhões na Controladora (R\$ 4.361 milhões e R\$ 3.935 milhões em 2000, respectivamente). Cabe destacar a provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro da Braspetro e Transpetro, no montante de R\$ 231 milhões, incidentes sobre lucros auferidos por controladas no exterior no período de 1996 a dezembro de 2001, que passou a ser devido independentemente do momento da realização financeira no Brasil, conforme determina a MP 2158-35 de 24 de agosto de 2001.

## 8 Resultado Consolidado

O lucro líquido consolidado, após a eliminação das operações inter-Companhias e a segregação da participação dos acionistas minoritários em subsidiárias e controladas, atingiu R\$ 9.867 milhões (R\$ 9.942 milhões em 2000), conforme abaixo:

	R\$ Milhões	
	2001	2000
<b>Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras</b>	10.294	10.159
<b>Petrobras Química S.A. – Petroquisa</b>	631	464
<b>Petrobras Distribuidora S.A. – BR</b>	374	278
<b>Petrobras Gás S.A. – Gaspetro – Consolidado</b>		
Petrobras Gás S.A. – Gaspetro	62	(20)
Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil S.A. – Tbg	(739)	(532)
Serviços de Telecomunicações S.A. – Dataflux		
Eliminações e Ajustes	358	325
	(319)	(227)
<b>Downstream Participações S.A. – Consolidado</b>		
Downstream Participações S.A.	190	
Alberto Pasqualini S.A. – Refap	191	
5283 Participações Ltda.	(790)	
Eliminações e Ajustes	599	
	190	
<b>Petrobras Transporte S.A. – Transpetro – Consolidado</b>		
Petrobras Transporte S.A. – Transpetro	287	101
Fronape International Company – Fic	(1)	1
Eliminações e Ajustes	1	(1)
	287	101
<b>Petrobras International Finance Company – Pifco – Consolidado</b>		
Petrobras International Finance Company – Pifco	54	19
Petrobras Netherlands B.v.		
Petrobras Europe Limited.		
Petrobras Finance Ltd.		
Eliminações e Ajustes	(19)	
	35	19
<b>Petrobras Internacional S.A. – Braspetro – Consolidado</b>		
Petrobras Internacional S.A. – Braspetro	1.216	488
Braspetro Oil Services Company – Brasoil – Consolidado	983	252
Petrobras America Inc.	68	80
Braspetro Oil Company – Boc – Consolidado	(39)	(46)
Eliminações e Ajustes	(1.012)	(286)
	1.216	488
<b>Menos: Eliminações e ajustes</b>	(2.479)	(1.262)
<b>Participações de minoritários</b>	(362)	(78)
	<b>9.867</b>	<b>9.942</b>

## (a) Equivalência Patrimonial

As subsidiárias geraram R\$ 2.274 milhões de lucros (equivalência patrimonial) para a Petrobras (controladora) no ano de 2001.

Subsidiárias	R\$ Milhões	
	2001	2000
BR	186	204
Petroquisa	625	459
Braspetro	1.152	488
Gaspetro	62	(20)
Transpetro	260	102
Pifco	57	19
Downstream	189	
5283 Participações	(257)	
	<u>2.274</u>	<u>1.252</u>

## (b) Resultado das Subsidiárias

### Informações importantes sobre os resultados das subsidiárias:

- **Petroquisa** – O lucro líquido da Petroquisa foi de R\$ 631 milhões (R\$ 464 milhões em 2000), e inclui rendimentos financeiros, líquidos de impostos, das Notas do Tesouro Nacional – série P (NTN-P), no valor de R\$ 256 milhões (R\$ 275 milhões em 2000), bem como o resultado de equivalência patrimonial em suas coligadas no valor de R\$ 93 milhões, que reflete o desempenho das Centrais Petroquímicas, afetado pelos efeitos da desvalorização cambial sobre o endividamento das empresas e pela redução de suas margens de contribuição. Compreende, também, um ganho extraordinário de R\$ 151 milhões, proveniente de reversão de provisão de tributos contabilizada, conservadoramente, em exercícios anteriores, pela realização de reserva de reavaliação reflexa de controladas e coligadas, na época em que foram alienadas no âmbito do PND – Programa Nacional de Desestatização. O provisionamento de juros sobre o capital próprio proporcionou uma economia tributária no montante de R\$ 89 milhões.
- **BR** – O lucro líquido da BR foi de R\$ 374 milhões (R\$ 278 milhões em 2000), decorrente, principalmente, dos reajustes de preços de faturamento dos combustíveis, associados ao reflexo positivo das medidas governamentais de regulação do mercado distribuidor a partir de julho de 2000, do crescimento do volume de vendas em 3,2 % em relação a 2000, consequência do aumento da demanda por combustível e da regulamentação pela ANP que prevê penalidades para os postos revendedores que deixarem de comercializar produtos das distribuidoras sob cuja bandeira operam, o provisionamento de R\$ 22 milhões a título de participação dos empregados nos lucros/resultados e o benefício fiscal, no montante de R\$ 21 milhões, gerado pelo provisionamento de juros sobre o capital próprio no exercício. A participação da BR no mercado distribuidor de combustíveis atingiu 32,8 % em 2001, (32% em 2000).
- **Transpetro** – O lucro líquido consolidado foi de R\$ 287 milhões (R\$ 101 milhões em 2000), proveniente da operação de 63 navios: 30 próprios e 33 recebidos na modalidade casco nu (30 da Petrobras e 3 da Brasil). Dos 30 navios de propriedade da Transpetro, 8 foram incorporados em 17 de dezembro de 2001, através de aporte de capital realizado pela Petrobras.
- **Gaspetro** – O prejuízo consolidado apurado, no exercício de 2001, foi de R\$ 319 milhões (R\$ 227 milhões no mesmo período do ano anterior), proveniente, principalmente, da desvalorização cambial de 18,67% no exercício, que gerou despesas com variação cambial sobre o endividamento no montante de R\$ 195 milhões.
- **Braspetro** – O lucro líquido consolidado foi de R\$ 1.216 milhões (R\$ 488 milhões em 2000), sendo proveniente, principalmente, dos seguintes itens extraordinários: venda da participação acionária em controlada, no valor equivalente a R\$ 228 milhões, revisão das taxas de afretamento de plataformas, alugadas à Petrobras, gerando um lucro extemporâneo de R\$ 539 milhões, ressarcimento do valor do seguro no sinistro da P-36 no montante de R\$ 397 milhões e alienação de plataformas de produção de óleo e gás, que gerou um lucro de R\$ 749 milhões e reconhecimento de forma conservadora de uma provisão para crédito de liquidação duvidosa no montante de R\$ 1.009 milhões relativa aos valores a receber por conta de adiantamentos concedidos na fase da construção das plataformas P-36, P-37, P-38 e P-40.
- **Pifco** – O lucro líquido consolidado foi de R\$ 35 milhões (R\$ 19 milhões em 2000), decorrente, principalmente, do ganho apurado na venda da plataforma P-47, no montante de R\$ 82 milhões e do lucro gerado pelas operações comerciais no exterior, no valor de R\$ 16 milhões, compensado pelas despesas financeiras provenientes de empréstimos e financiamentos .

- **Downstream** – O lucro líquido consolidado foi de R\$ 190 milhões e representa, basicamente, o resultado das operações de sua controlada Refap S.A. Em dezembro de 2001, a Downstream adquiriu 67,5% da empresa 5283 Participações Ltda. que detém 99,6% da empresa de petróleo argentina EG3 S.A..

### (c) Destaques do lucro consolidado

Na apuração do lucro consolidado os seguintes fatos merecem destaque:

- A margem bruta atingiu 39% (42% em 2000). Esse desempenho reflete, principalmente, o comportamento dos preços de realização dos derivados básicos no país (média de R\$ 70,91 por bbl em 2001), parametrizados às cotações do mercado internacional, determinando a apuração de uma receita operacional líquida de R\$ 57.512 milhões (R\$ 49.782 milhões, em 2000), combinado com uma maior participação do petróleo nacional na produção de derivados no país. Em relação ao exercício de 2000, estes fatores não foram suficientes para neutralizar o impacto do aumento no custo das importações de petróleo e derivados, das participações de terceiros em consórcios e das participações governamentais nos custos das vendas, principalmente em função da valorização do dólar em relação ao real (18,67% em 2001 e 9,30% em 2000);
- As participações governamentais totalizaram R\$ 4.434 milhões, com um acréscimo de R\$ 1.187 milhões (37%) em relação ao exercício de 2000 (R\$ 3.247 milhões), em virtude do aumento da produção de óleo e gás, da desvalorização do real perante o dólar norte-americano e do reenquadramento, nas tabelas de cálculo de Participação Especial (Portaria ANP 10/98), dos campos de Marlim e Albacora, que gerou elevação de alíquota na apuração dessa participação governamental;
- Reconhecimento de despesas extraordinárias, no montante de R\$ 969 milhões, devido aos ajustes recomendados à Companhia, pelo Grupo de Trabalho Interministerial que procedeu auditoria nas Contas Petróleo e Álcool;
- Provisionamento de R\$ 416 milhões a título de participação dos empregados nos lucros/resultados – PLR, do exercício de 2001;
- Perda líquida com a baixa de ativos (bens e despesas diferidas) vinculados ao acidente com a Plataforma P-36, no valor de R\$ 286 milhões;
- Provisão para perda sobre contas a receber de liquidação duvidosa no valor de R\$ 1.009 milhões, por conta de adiantamentos concedidos a terceiros na fase de construção de plataformas;
- Lucro de R\$ 831 milhões na alienação de plataformas de produção de óleo e gás;
- Lucro proveniente da alienação integral de participação acionária em controlada no exterior, no valor equivalente a R\$ 228 milhões (US\$ 85 milhões); e
- Economia tributária (Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro) no montante de R\$ 735 milhões, proporcionada pelo provisionamento de remuneração aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio.

## 9 Contas Petróleo e Álcool

### Realização do saldo das contas

O saldo das Contas Petróleo e Álcool, em 31.12.2001, situava a Petrobras como credora da União em R\$ 187 milhões, representando uma queda de R\$ 2.764 milhões em relação a 31 de dezembro de 2000, devido à arrecadação superavitária da PPE, no montante de R\$ 2.246 milhões, e aos ajustes reconhecidos pela Companhia e que foram evidenciados pelo Grupo de Trabalho Interministerial constituído para certificar a exatidão do saldo devedor das Contas Petróleo e Álcool, no montante de R\$ 969 milhões.

O superávit na arrecadação da PPE, por sua vez, refletiu a alta dos preços de faturamento e a redução de 17% no valor médio de realização dos derivados controlados (R\$ 79,62/bbl em dezembro/2000 e R\$ 66,00/bbl em dezembro/2001), em consequência, principalmente, da queda das cotações desses derivados no mercado internacional, apesar da desvalorização do real frente ao dólar.

### Grupo de trabalho interministerial de auditoria nas contas

Em dezembro de 2001, foi encaminhado à Companhia o relatório final da auditoria realizada pelo Grupo de Trabalho constituído pela Portaria Interministerial nº 336, de 22 de setembro de 1999, para certificar a regularidade e exatidão do saldo devedor das Contas Petróleo e Álcool, referente ao período de 1º de abril de 1992 a 30 de junho de 1998. Parte dessa certificação foi concluída em 2000, resultando uma redução no saldo das Contas Petróleo e Álcool, naquele exercício, no montante de R\$ 210 milhões.

Em 2001, os ajustes evidenciados pelo Grupo de Trabalho resultaram numa redução de R\$ 969 milhões e referem-se à regularização de procedimentos adotados na apuração do resultado da comercialização de álcoois e de ressarcimentos indevidos, principalmente nas movimentações de derivados e álcoois pelos modais marítimos, dutoviário, ferroviário, rodoviário e despesas portuárias, além da glosa referente à discordância do critério adotado no cálculo da remuneração financeira das Contas Petróleo e Álcool, para o período de setembro de 1994 a junho de 1996, no valor de R\$ 544 milhões.

A perda resultante do valor glosado, referente ao critério adotado no cálculo da remuneração financeira das Contas Petróleo e Álcool, foi compensada por um ganho (R\$ 665 milhões, atualizados monetariamente até 31 de dezembro de 2001), decorrente do aumento do valor de face dos títulos recebidos em operação de permuta com o Tesouro Nacional, não produzindo, dessa forma, efeito no resultado do exercício.

Mutações das Contas Petróleo e Álcool	R\$ Milhões	
	Período Jan-Dez	
	2001	2000
<b>Saldo Inicial</b>	2.951	2.419
Arrecadação da PPE:	(2.246)	533
Ressarcimentos a terceiros	151	35
Ressarcimentos à Petrobras	262	110
Encargos de mútuo	38	64
Regularização – GTI*	(969)	(210)
<b>Saldo Final</b>	<b>187</b>	<b>2.951</b>

\* Grupo de Trabalho Interministerial

## Encontro de Contas com a União

Em 31 de dezembro de 2001, o saldo das Notas do Tesouro Nacional - Série H (NTN-H), emitidas em favor da Petrobras, com a finalidade de garantir o pagamento do saldo devedor das Contas Petróleo e Álcool, totalizava R\$ 213 milhões. O Governo Federal pode, a seu critério e com base na realização do saldo dessas contas, após autorização da Petrobras, promover o cancelamento antecipado, integral ou parcial dos títulos. Até 31 de dezembro de 2001 já haviam sido canceladas 5.634 mil NTN-H. As NTN-H vencem em 30 de junho de 2003 e não cabe a Companhia, atualmente, quaisquer outros direitos de uso, resgate ou transferência sobre as NTN-H.

O resultado da auditoria para certificar a regularidade e exatidão do saldo devedor das Contas Petróleo e Álcool, referente ao período de 1º de julho de 1998 a 31 de dezembro de 2001, a ser procedida pela Agência Nacional de Petróleo – ANP, possibilitará a conclusão do encontro de contas com a União, que deverá ser formalizado por intermédio de um Termo de Confissão de Dívida, a ser assinado até 30 de junho de 2002, podendo ser prorrogado, até 31 de dezembro de 2002, conforme Medida Provisória nº 18, de 28 de dezembro de 2001.

## Liberação do mercado de combustíveis no Brasil

Em concordância com as Leis nº 9.478 (Lei do Petróleo) e nº 9.990, de 6 de agosto de 1997 e 21 de julho de 2000, respectivamente, o mercado de combustíveis no Brasil foi totalmente liberado a partir de 1º de janeiro de 2002. Assim, a Petrobras não está mais obrigada a cobrar preços estabelecidos pelo Governo Federal nas vendas de seus derivados de petróleo, o valor de realização não será mais estabelecido por fórmula paramétrica com o mercado internacional e, como consequência, a PPE foi extinta.

Por intermédio da Lei 10.336, de 19 de dezembro de 2001, foi Instituída a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico-CIDE, incidente sobre a importação e comercialização de combustíveis e cujo valor é determinado em Reais, por unidade de medida de cada produto.

Considerando a liberação do mercado e a legislação em vigor, a partir de 1º de janeiro de 2002, as Contas Petróleo e Álcool não serão mais utilizadas para ressarcir despesas relacionadas ao abastecimento de derivados de petróleo e álcool à Petrobras e terceiros.

Após 31 de dezembro de 2001, a gestão dos programas e das operações relacionadas com álcool, aprovados pelo Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool, bem como a administração da parcela dos recursos necessários ao suporte financeiro, serão de competência do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, conforme Decretos nº 3.890, de 17 de agosto de 2001, e nº 4.030, de 23 de novembro de 2001.

Conforme Portaria ANP nº 301, de 18 de dezembro de 2001 a Petrobras está autorizada a exportar no estado em que se encontrar ou em mistura com gasolinas automotivas, a parcela dos estoques de álcool combustível em seu poder cuja aquisição não tenha decorrido de deliberações do Conselho Interministerial do Açúcar e do Álcool – CIMA, entretanto, não poderá registrar nenhum custo e despesa de quaisquer natureza relativos à manutenção de estoques reguladores de álcoois combustíveis, anidro e hidratado.

## 10 Troca de Títulos com o Tesouro Nacional

Em 28 de dezembro de 2001, foi celebrado com a União o contrato de troca das Notas do Tesouro Nacional – Série (NTN-P), recebidas pela Companhia e Subsidiárias durante o processo de desestatização de participações societárias, por Notas do Tesouro Nacional – Série B (NTN-B).

As NTN-P das Subsidiárias, no montante de R\$ 7.505 milhões, foram transferidas ao par para a Petrobras, na forma de pagamento de dividendos, juros sobre capital próprio, mútuo e outras obrigações financeiras. Ainda, em 28 de dezembro de 2001, de acordo com o contrato firmado entre a Petrobras e a Petros, os direitos sobre as NTN-B foram transferidos à Petros para o pagamento total da dívida relacionada ao Grupo Pré-70, no montante de R\$ 5.637 milhões que foi formalizada por um contrato entre as partes, prevendo a manutenção dos títulos em carteira da Petros até seus vencimentos.

O saldo das NTN-B, no montante de R\$ 2.544 milhões, foi transferido à Petros, como um adiantamento para atender aos incentivos de migração dos participantes do Plano PETROS para o plano PETROBRAS VIDA, estando incluído o valor de R\$ 665 milhões que, em 31 de dezembro de 2001, representou uma compensação da glosa efetuada durante a auditoria procedida nas Contas Petróleo e Álcool pelo Grupo de Trabalho Interministerial.

## 11 Estoques

Os estoques consolidados de álcool, matérias-primas e de derivados, estavam 4% inferiores aos de 31 de dezembro de 2000, enquanto que na Controladora a diminuição do saldo dos estoques foi de 10%, devido, principalmente, ao aumento dos preços de petróleo e derivados no mercado internacional.

	R\$ Milhões	
	Consolidado	Controladora
Matéria-Prima	1.646	1.461
Derivados	2.794	2.324
Álcool	432	363
	4.872	4.148

## 12 Permuta de Ativos - Petrobras e Repsol-YPF

Em 17 de dezembro de 2001, foi assinado o Acordo Definitivo para a permuta de ativos entre Petrobras e Repsol-YPF.

De forma a viabilizar a permuta, a Petrobras transferiu, sob a forma de aporte de capital em 2 de janeiro de 2001, os bens da Refinaria Alberto Pasqualini para a controlada Refap S.A. e, em 5 de fevereiro de 2001, as ações de sua propriedade do capital da Refap S.A. para sua subsidiária Downstream Participações S.A., que transferiu 30% das ações representativas do capital da Refap S.A. para sua controlada Refisol S.A. em 6 de fevereiro de 2001.

Pelo acordo, a Petrobras e a Downstream receberam 100% (32,5% e 67,5% respectivamente) das cotas da empresa 5283 Participações Ltda, proprietária de 99,6% das ações da empresa de petróleo EG3 na Argentina, e em contrapartida, cederam à Repsol-YPF os seguintes ativos:

- 30% das ações da Controlada Alberto Pasqualini – Refap S.A. proprietária da refinaria Alberto Pasqualini, por intermédio da transferência de 100% da participação acionária da Refisol S.A..
- 100% da Controlada da BR, Postos S.A., detentora de direitos contratuais de fornecimento de combustíveis a 234 postos de gasolina nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, além de bens associados, cedidos aos postos; e
- 10% dos direitos de concessão para exploração do Campo de Albacora Leste, localizada na Baía de Campos.

A Petrobras ressarciu a BR pelo valor de mercado dos direitos contratuais de fornecimento de combustíveis incluídos na permuta, avaliado em US\$ 60 milhões (R\$ 141 milhões), e recebeu da BR a participação acionária de 12,3% do capital social da 5283 Participações Ltda.

O valor contábil total dos ativos transferidos para a Repsol-YPF foi de R\$ 147 milhões. O valor do Patrimônio Líquido da 5283 Participações em 30 de novembro de 2001, utilizado para fins de contabilização da aquisição, equivalia a R\$ 1.416 milhões.

O deságio apurado no valor de R\$ 1.269 milhões, foi fundamentado na expectativa de resultados futuros da empresa EG-3, através de avaliação econômica que considerou os efeitos potenciais que possam vir a ser causados pela situação da economia da Argentina. A mesma avaliação que indica a sobrevalorização do patrimônio contábil da EG-3, e, conseqüentemente, de sua controladora 5283 Participações, aponta o equilíbrio entre os valores econômicos dos ativos permutados entre as companhias envolvidas, tendo em vista a existência de coberturas contratuais que preservam, por até oito anos, margens, ativos e passivos monetários, assegurando que a permuta se mantenha equilibrada econômica e financeiramente nos termos pactuados.

O investimento na 5283 Participações foi ajustado pelo método de equivalência patrimonial em 31 de dezembro de 2001, refletindo o lucro de R\$ 2.465 mil apurado na EG3, no mês de dezembro, além da perda cambial reconhecida sobre o patrimônio líquido da EG3, no montante de R\$ 792 milhões, decorrente da desvalorização do Peso em relação ao Real (equivalente à cotação \$ 1,70 para US\$ 1,00) que, por ter sido prevista nas negociações de permuta, foi compensada com amortização do deságio, não produzindo efeitos no resultado do exercício de 2001 da Petrobras.

## 13 Endividamento

Em 31 de dezembro de 2001, o endividamento, referente a empréstimos e financiamentos no país e no exterior, atingiu o total de R\$ 26.761 milhões no Consolidado (R\$ 15.574 milhões na Controladora), conforme demonstrado a seguir:

	R\$ Milhões			
	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
Curto Prazo	8.520	9.188	4.927	7.133
Longo Prazo	18.241	12.211	10.647	9.555
Endividamento total	26.761	21.399	15.574	16.688
(-) Disponibilidades	17.108	11.391	15.106	10.174
Endividamento líquido <sup>(1)</sup>	9.653	10.008	468	6.514

(1) Inclui endividamento pelas empresas de propósitos específicos com as quais a Petrobras estruturou projetos na modalidade "Project Finance".

O endividamento líquido consolidado, em 31 de dezembro de 2001, diminuiu 4% em relação a 31 de dezembro de 2000 (93% na Controladora), devido a um melhor nível de caixa e aos esforços empreendidos pela Companhia para alongar seu perfil de endividamento, contratando operações de longo prazo e, simultaneamente, liquidando operações de curto prazo.

O indicador do grau de capitalização consolidado apontava uma utilização de 45% de capitais próprios e 55% de capitais de terceiros em seus negócios (48/52 na Controladora). Em 31 de dezembro de 2000 a relação era 42/58 e 43/57, respectivamente.

## 14 Impostos e Contribuições Consolidados

A contribuição econômica da Petrobras, medida por meio de pagamentos de impostos, taxas e contribuições sociais no exercício de 2001, aumentou 39% em relação a 2000.

	R\$ Milhões		
	2001	2000	△%
<b>Contribuição Econômica – País</b>			
ICMS	10.284	7.489	37
PASEP/COFINS	7.989	4.179	91
Imposto de Renda e CSSL	2.343	2.700	(13)
Imposto de Importação	3	342	(99)
Outros	456	338	35
<b>Contribuição Econômica – Exterior</b>	570	520	10
<b>Total</b>	<b>21.645</b>	<b>15.568</b>	<b>39</b>

## 15 Participações Governamentais

O crescimento dos valores pagos de participações governamentais no exercício de 2001, se comparado ao mesmo período do ano anterior, reflete o crescimento da produção nacional e os efeitos da desvalorização cambial sobre os preços de referência dos petróleos nacionais. As participações especiais incidem sobre os campos com alta produtividade, principalmente Marlim, Albacora, Leste do Urucu, Rio Urucu, Canto do Amaro e Roncador, e o comportamento de seu custo reflete o aumento da produção e a elevação do preço de referência dos petróleos extraídos desses campos. Os royalties, da mesma forma, cresceram proporcionalmente à evolução dos volumes de produção e à variação dos preços dos petróleos.

	R\$ Milhões		
	2001	2000	△%
Royalties	2.301	1.977	16
Participações Especiais	1.799	1.039	73
Bônus de assinatura	263	165	59
Retenção de área	71	66	8
<b>Total</b>	<b>4.434</b>	<b>3.247</b>	<b>37</b>

## 16 Investimentos

No mercado interno, a Petrobras investiu, prioritariamente, no desenvolvimento de sua capacidade de produção de petróleo, através de investimentos próprios e através da estruturação de empreendimentos com parceiros.

Dos investimentos próprios realizados pela Petrobras em 2001, 68% destinaram-se às atividades de exploração e desenvolvimento da produção, sendo que somente na Bacia de Campos, foram investidos R\$ 1.885 milhões.

Atividades	R\$ Milhões			
	Consolidado		Controladora	
	2001	2000	2001	2000
<b>Mercado doméstico</b>				
Exploração e desenvolvimento da Produção	4.935	3.929	4.346	3.827
Refino	886	696	753	696
Transportes	323	383	334	173
Gás e Energia	374	255	315	45
Outros	780	276	673	352
	<b>7.298</b>	<b>5.539</b>	<b>6.421</b>	<b>5.093</b>
<b>Empreendimentos em negociação</b>	111	144	111	144
<b>Projetos Estruturados</b>				
Albacora	148	196	148	196
Espadarte/Marimbá/Voador	367	398	367	398
Pargo/Cherne/Garoupa/Carapeba(PCGC)	73		73	
Cabiúnas	104	152	104	152
Outros	112		112	
Cia. Petrolífera Marlim	554	579	554	579
	<b>1.358</b>	<b>1.325</b>	<b>1.358</b>	<b>1.325</b>
Total no País	<b>8.767</b>	<b>7.008</b>	<b>7.890</b>	<b>6.562</b>
<b>Mercado Internacional</b>				
Exploração e desenvolvimento da Produção	852	459		
Refino	22	123		
Gás Energia	297			
Outros	5			
<b>Total de investimentos</b>	<b>9.943</b>	<b>7.590</b>	<b>7.890</b>	<b>6.562</b>

- A Petrobras, através da Petroquisa, participa com 16,7% do capital da Rio Polímeros S.A., sociedade que conduzirá o empreendimento denominado Complexo Gás Químico do Rio de Janeiro, o BNDESPAR com 16,7%, Suzano com 33,3% e Unipar com 33,3%. O investimento global está estimado em US\$ 1 bilhão, sendo 40% de capital próprio e 60% financiados, prevendo-se o início de operação para o 2º semestre de 2004. Em 26 de outubro de 2001 foram assinados os principais contratos que possibilitarão o financiamento (externo e interno) necessário para implantação do projeto. Do total financiado, US\$ 300 milhões serão provenientes do BNDES e US\$ 300 milhões do Eximbank norte-americano e da Sace, agência de fomento italiana.
- Em linha com seus objetivos de aumento da produção, a Companhia assinou 59 Consórcios (Joint-Ventures) para desenvolver áreas em que a Petrobras realizou descobertas comerciais e promover futuros investimentos na atividade de exploração. Daquele total, 16 Blocos foram devolvidos à Agência Nacional de Petróleo, sendo que, posteriormente, 3 Blocos tiveram seus períodos de análise prorrogados, excepcionalmente, por aquela Agência. Atualmente, encontram-se em vigor 46 Consórcios, com investimentos previstos da ordem de US\$ 5.316 milhões.

## 17 Receitas, Lucros e Ativos Consolidados por Segmento de Negócio

### (a) Resultado<sup>(1)</sup>:

Exercício findo em 31.12.2001								
R\$ Milhões								
	E & P	Abastecimento	G & E	Distribuição	Internacional	Corporativo	Eliminações	TOTAL
<b>Receita Operac. Líquida</b>	23.637	50.803	1.957	16.278	2.123		(37.286)	57.512
Intersegmentos	22.915	13.473	413	235	250		(37.286)	
Terceiros	722	37.330	1.544	16.043	1.873			57.512
Custo dos Produtos e Serviços Vendidos	(12.341)	(41.208)	(1.698)	(14.803)	(1.616)		36.810	(34.856)
Custos Exploratórios para Extração de Petróleo e Gás	(877)				(199)			(1.076)
<b>Lucro Operacional</b>	8.756	7.599	90	419	167	(2.755)	(476)	13.800
Despesas Financeiras, Líquidas	(646)	(322)	(751)	(7)	(5)	380	7	(1.344)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(2.798)	(2.435)	(21)	(179)	(93)	1.470	181	(3.875)
<b>Lucro Líquido (Prejuízo)</b>	<b>6.118</b>	<b>4.931</b>	<b>(327)</b>	<b>272</b>	<b>73</b>	<b>(778)</b>	<b>(422)</b>	<b>9.867</b>

(1) Principais destaques da Demonstração do Resultado.

### (b) Valor dos Ativos Consolidados em 31 de Dezembro de 2001:

Segmento de Negócio	R\$ Milhões
E & P <sup>(1)</sup>	19.948
Abastecimento	19.206
G & E	6.219
Distribuição	3.641
Internacional	4.770
Corporativo <sup>(2)</sup>	25.033
Eliminações	(3.658)
<b>Total</b>	<b>75.159</b>

(1) Os ativos do segmento E&P-Brasil estão líquidos da provisão para gasto com abandono de poços, no valor de R\$ 3.170 milhões.  
 (2) Os ativos do Segmento Corporativo compreendem, principalmente, as aplicações financeiras, caixa e bancos.

As informações contábeis por segmento de negócio foram elaboradas com base na premissa de Controlabilidade, objetivando atribuir aos segmentos de negócios somente os itens sobre os quais estes segmentos tenham efetivo controle.

Destacamos, abaixo, os principais critérios utilizados na segmentação dos negócios:

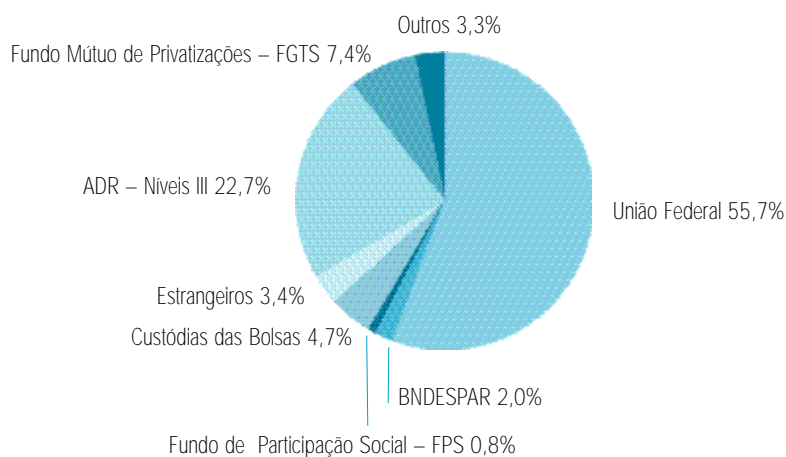
- Receita operacional líquida: foram consideradas as receitas relativas às vendas realizadas a clientes externos, acrescidas dos faturamentos entre os segmentos de negócios, tendo como referência os preços internos de transferência definidos entre as áreas;
- No lucro operacional estão computados à receita operacional líquida, os custos dos produtos e serviços vendidos, que são apurados por segmento de negócio considerando o preço interno de transferência e os demais custos operacionais de cada segmento, bem como as despesas operacionais, nas quais são consideradas as despesas efetivamente incorridas em cada segmento; e
- Ativos: contemplam os ativos identificados a cada segmento.

## 18 Patrimônio Líquido e Dividendo

- a) O capital social integralizado, em 31 de dezembro de 2001, no valor de R\$ 13.373 milhões, está representado por 634.168.418 ações ordinárias e 451.935.669 ações preferenciais, sem valor nominal.
- b) A União Federal é o maior acionista da Petrobras, detendo 55,7% do capital votante. O capital social integralizado, representado pela totalidade das ações ordinárias e preferenciais, apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2001:

Principais Acionistas	Capital Votante Ações Ordinárias %	Capital não Votante Ações Preferenciais %	TOTAL %
União Federal	55,7		32,5
BNDESPAR	2,0	16,3	7,9
Fundo de Participação Social – FPS	0,8	0,4	0,6
Custódias das Bolsas	4,7	25,4	13,8
Estrangeiros	3,4	18,8	9,8
ADR – Nível III	22,7	34,0	27,4
Fundo Mútuo de Privatizações – FGTS	7,4		4,3
Outros	3,3	5,1	3,7
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
<b>Total de Ações</b>	<b>634.168.418</b>	<b>451.935.669</b>	<b>1.086.104.087</b>

### Participação dos Acionistas da Petrobras no Capital Social – Capital Votante



- c) O Programa de American Depositary Receipts – ADR nível III, permite que as ações ordinárias sejam negociadas na Bolsa de Valores de Nova York. Cada ADR nível III representa 1 ação ordinária e, em 31 de dezembro de 2001, estava cotado a US\$ 23,30.
- d) O Programa de American Depositary Receipts – ADR nível III, permite que ações preferenciais sejam negociadas na Bolsa de Valores de Nova York.. Cada ADR nível III representa 1 ação preferencial e, em 31 de dezembro de 2001, estava cotado a US\$ 22,23.
- e) O patrimônio líquido da Petrobras em 31 de dezembro de 2001 atingiu a cifra de R\$ 29.711 milhões, correspondendo a R\$ 27,36 por ação. O valor de mercado da ação ordinária e da ação preferencial era de R\$ 52,34 por ação e R\$ 51,15 por ação (BOVESPA), respectivamente, no último pregão do ano.

f) Remuneração aos acionistas

I - O Conselho de Administração da Petrobras, com base em disposições estatutárias, está propondo à Assembléia Geral Ordinária do dia 22.03.2002, a distribuição de um dividendo relativo ao exercício de 2001, no montante de R\$ 3.584 milhões, correspondendo a 28,30% do lucro básico para fins de dividendo. O dividendo corresponde a R\$ 3,30 por ação e representa 6,30% e 6,45% (4,6% e 4,9%, em 2000) do valor de mercado das ações ordinárias e preferenciais "dividend yield", respectivamente. Neste dividendo estão incluídos os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 2.139 milhões (R\$ 1,97 ação), aprovados pelo Conselho de Administração, em 03.08.2001 e 20.12.2001, sujeitos a retenção de imposto de renda na fonte de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos.

II - A Lei nº 6.404 (Lei das S.A.), em seu artigo 199, preceitua que o saldo das reservas de lucros, exceto para contingências e a de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social. Atingido esse limite, a Assembléia de Acionistas deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou aumento de capital, ou na distribuição de dividendos.

As Demonstrações Contábeis da Petrobras, relativas ao exercício social de 2001, revelam que a Companhia apresenta em seu patrimônio líquido, excesso de reservas de lucros sobre o capital social realizado, apurado nos termos do artigo 199, supramencionado uma vez que o capital social realizado atinge a R\$ 13.033 milhões e as reservas de lucros montam a R\$ 15.938 milhões.

Com essa situação, torna-se necessário uma redução de nível das reservas de lucros, ajustando-se o valor do capital social aos níveis de investimentos da Companhia.

Assim, está sendo proposto uma incorporação de parte das reservas de lucros, à Assembléia Geral Extraordinária de Acionistas, a ser realizada em 22.03.2002, no montante de R\$ 3.259 milhões, aumentando o capital social de R\$ 13.033 milhões para R\$ 16.292 milhões, sem modificação do número de ações.

- g) Retenção de lucros - De acordo com a programação anual de investimentos para 2002, elaborada pela Companhia, estão previstos investimentos da ordem de R\$ 11.313 milhões. Considerando que a geração própria de recursos constitui a principal fonte de financiamento dos investimentos da Companhia, torna-se necessária a retenção de lucros no montante de R\$ 6.525 milhões, sendo R\$ 6.130 milhões provenientes do lucro do exercício e R\$ 395 milhões do saldo remanescente de Lucros Acumulados. Assim, o Conselho de Administração está propondo à Assembléia Geral de Acionistas, a ser realizada em 22 de março de 2002, a retenção de lucros no montante de R\$ 6.525 milhões, no patrimônio líquido.